

Saúde e sociedade no Brasil

Luiz Filipe Ribeiro Coelho

CORREIO BRAZILIENSE

08 JUL 1996

A crise que no momento existe na saúde pública no país, com destaque especial para a absurda morte de velhinhos na Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro, mas sem esquecer de Caruaru, exige uma solução urgente por parte do governo (que se omite na fiscalização), mas também deve servir para uma detida reflexão de toda a sociedade brasileira.

A Constituição de 88 estabelece que "a saúde é um direito de todos e um dever do Estado". Com isso, permitiu que milhões de brasileiros, até então entregues à própria sorte, tivessem acesso à saúde pública. Esse legítimo direito reconhecido a todos os brasileiros sobrecarregou o sistema de assistência médica.

Acontece que o governo não conseguiu estabelecer até agora um sistema de saúde pública que atenda dignamente à população. Hoje, são evidentes as falhas assistenciais tanto nos hospitais públicos quanto privados. O assunto mete medo em qualquer cidadão. Até àqueles que podem pagar planos e seguros de saúde que, absurdamente, formam uma estrutura sem regulamentação definida, o que, sem dúvida, permite abusos por parte de gente menos escrupulosa.

Como se isso não bastasse, a população de idosos no Brasil é crescente e, como todos sabem, o custo para o atendimento dos mais velhos é muitas vezes superior aos dos jovens. Mais um pro-

blema a ser resolvido.

É um momento para grande reflexão. É óbvio que se deve garantir a todos os cidadãos o acesso a uma assistência médica digna, humana e facilmente disponível, mas há que reconhecer as dificuldades financeiras.

Nos países mais ricos, a experiência mostra que o governo não resolve os problemas da saúde sozinho. Há uma grande participação da sociedade civil, especialmente de empresários que, sem visar a qualquer retorno financeiro, mas com estímulos fiscais, investem fortemente em hospitais, pesquisas médicas, ensino etc. No Brasil essa contribuição espontânea é quase inexistente.

À medida que se faz necessário

exigir do governo federal uma tomada de posição urgente e definitiva para pôr fim à desassistência médica, é também fundamental que se comece a criar a cultura da participação. A extensão dos desafios a que todos estamos submetidos leva-nos a reconhecer que o melhor sistema de saúde pública não é o completamente estatal ou privado, mas, sim, o comunitário, sustentado por cidadãos comuns, como pessoas físicas ou jurídicas, sem a busca a retorno financeiro, político ou qualquer outro.

Outro ponto importante e que, certamente, contribuiu para que o episódio "Santa Genoveva" ocorresse, é o evidente abandono de idosos por parte das famílias. Isso é tão desumano quanto o descaso

de médicos com os mesmos pacientes. O Brasil precisa cuidar melhor do respeito pelos mais velhos dentro das próprias famílias. Quem chega ao fim da vida, em qualquer circunstância, fica mais protegido e respeitado se estiver em um lar, cercado por seus familiares.

Na Clínica Santa Genoveva os familiares não se aperceberam de que o tratamento dado aos idosos se assemelhava àquele a que a própria Santa se submetia por fervor religioso: alimentar-se de pão e água, dormindo no chão duro. Só que na Clínica retiraram a água potável da dieta.

É hora de cobrar responsabilidade de todos nós. Nesse e em tantos outros casos. Responsabili-

zar unicamente as autoridades constituídas é também uma forma de omissão; é permitir que essas mazelas se tornem cada vez mais recorrentes. O remédio, se é que existe, passa por uma velha fórmula que teimamos desprezar: participação.

Já é tempo de se reconhecer que o modelo clássico de democracia unicamente representativa tem-se mostrado ineficaz para a superação de tão variados desafios. Não é tão cômodo como ficar apontando culpados. Mas é o custo para se alcançar uma sociedade mais equilibrada.

■ Luiz Filipe Ribeiro Coelho é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal (OAB/DF)